

Os caminhos que contribuíram para a queda do analfabetismo no Brasil

José Alex Trajano dos Santos¹

Resumo: Com um grande contingente de pessoas analfabetas e sendo motivo de vergonha alheia perante organizações mundiais e países desenvolvidos, a primeira metade no século XX foi crucial para a Educação de Jovens e Adultos, pois ocorreu a criação das primeiras ações e políticas educacionais no país, voltadas ao referido público, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e ofertar o acesso à escolarização para jovens e adultos, bem como possibilitar sua inserção na sociedade e qualificá-los para o mercado de trabalho. Tais ações foram impulsionadas pelas lutas e reivindicações da sociedade civil e grupos populares. O objetivo deste estudo é investigar algumas das ações criadas ao longo dos anos no Brasil para combater o analfabetismo entre jovens e adultos (1947-2020). A Metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com características descritivas, na qual foram consultadas fontes de literaturas, artigos científicos, Leis, revistas online, por meio de sites acadêmicos, com conteúdo concernentes ao tema, utilizando-se de trabalhos publicados nos últimos 64 anos, ou seja, entre 1956 e 2020 para a realização de uma análise crítica que abordasse a temática proposta, de forma descritiva.

Palavras-chave: Campanhas Educacionais; Analfabetismo; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract: Considering the large contingent of illiterate people and seeing it as something which causes embarrassment in world organizations and developed countries, the first half of the 20th century was crucial for Youth and Adult Education. In the same century, the first educational actions and policies were created in the country, aimed to that public, with the objective of eradicating illiteracy and offering access to schooling for young people and adults, as well as enabling their insertion in society and qualifying them for the labor market. Such actions were driven by the struggles and claims of civil society and popular groups. The objective of this study is to investigate some of the actions created over the years in Brazil to combat illiteracy among young people and adults (1947-2020). The Methodology was based on a bibliographic research with descriptive characteristics. For that, different references were consulted such as literature, scientific articles, laws, online magazines through academic websites with content related to the theme. It also considered works published in the last 64 years, in other words, from 1956 to 2020, to carry out a critical analysis that addressed to the proposed theme, in a descriptive way.

Keywords: Educational Campaigns; Literacy; Youth and Adult Education.

¹ Docente na Associação Comunitária Educacional Cícera Tereza dos Santos (ACECTS), Mauá/SP, alextrajano95@gmail.com

Introdução

Quando falamos em Educação de Jovens e Adultos (EJA), falamos também da luta dos movimentos sociais e sindicais que contribuíram para com a elaboração das campanhas educacionais criadas e aplicadas no decorrer dos anos, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país, que impulsionaram e levaram a sua oficialização e legitimação como uma Modalidade de Ensino assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Brasileira (LDB) 9.394/1996, em seu artigo 37.

Neste contexto, para se matricular na EJA a idade mínima para cursar os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) é de 15 anos de idade e no Ensino Médio, 18 anos de idade. “Cabe aqui uma definição para jovem, que de acordo com a Lei nº 12.852/2013, artigo 1º, §1º, são consideradas as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Ainda na referida lei, em seu § 2º há a definição de adolescente, que são pessoas com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos”.

Ainda hoje, no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018, o índice de analfabetismo entre pessoas acima dos 15 anos de idade é de 11,3 milhões, o que soma 6,7% da população brasileira. Tal fato justifica as ações de entidades da sociedade civil, que tem objetivo de amenizar estes índices e auxiliar o poder público.

A Educação de Jovens e Adultos teve os seus primeiros vestígios e/ou tentativas no período do Brasil Colônia (1500 – 1759), coordenada pelos padres jesuítas, responsáveis pela educação no Brasil. Eles tentavam alfabetizar as crianças, jovens e adultos indígenas, por meio do processo de catequização. Em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal foi aclamado Primeiro-Ministro de Portugal e realizou a Reforma Pombalina e assim expulsou os jesuítas centralizando as questões educacionais no Estado e não na religião, porém, não houve nenhuma iniciativa para educação de jovens e adultos nesse período.

Em 1824 foi promulgada a primeira Constituição Imperial que previu o “direito a instrução primária para todos os cidadãos”. Todavia,

[...] essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. (STRELOW, 2010, p. 51).

Essa Constituição serviu como exemplo para as demais Constituições que seriam promulgadas no decorrer dos anos. No ano de 1878, por meio do decreto nº. 7.031 – A, de 6 de

setembro de 1878, foi aprovada a criação de Escolas Noturnas destinadas à instrução de adultos, apenas para pessoas do sexo masculino.

Com um grande contingente de analfabetos no país e com as reivindicações os movimentos populares e da sociedade civil, surgiram as primeiras iniciativas criadas pelo governo brasileiro para combater o analfabetismo entre jovens e adultos. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) lançada em 1947, criada pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra e coordenada pelo Professor Lourenço Filho² foi a primeira iniciativa, para alfabetização de jovens e adultos e teve como objetivo propiciar a “educação de base” aos “analfabetos e/ou iletrados” do país, atuando em duas vertentes: na zona urbana, ao preparar e qualificar para o trabalho, e na zona rural, ao integrar homem do campo com os imigrantes que chegavam ao Brasil, ou seja, uma campanha pensada em uma alfabetização de massa, abrindo caminho para a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1957.

Em 1960, Paulo Freire se destaca por propor uma alfabetização muito além do ato de ensinar a ler e escrever, mas que fosse uma prática discursiva que propiciasse e possibilitasse ao educando realizar uma “leitura crítica de mundo”, que precede a leitura da palavra e possibilita a construção de um indivíduo consciente e um ser político ativo e participativo, engajado nas causas sociais, como protagonista das decisões em sociedade – que foi levada a efeito em Angicos, Rio Grande do Norte e alfabetizou 345 cortadores de cana de açúcar em apenas 45 dias, educação essa proposta a partir da realidade do indivíduo, valorizando os seus saberes prévios e o tornando personagem principal de sua história.

Assim, Paulo Freire foi convidado pelo então Presidente da República João Goulart e o Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos, para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), a fim de combater o analfabetismo³.

Infelizmente, em 1964 ocorre o golpe militar e tais ideias são interrompidas. Com a ideologia do militarismo é criado e implantado, no ano de 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que em 1985 passa para a administração da Fundação Educar⁴, que

² Educador e psicólogo brasileiro nascido em Porto Ferreira, SP, realizador de um importante trabalho de reformulação do ensino no Brasil e em outros países da América Latina pelo qual mereceu o título de Mestre das Américas. Disponível em: <<https://www.brasilescola.uol.com.br/biografia/manuel-bergstrom-lourenco-filho.htm>>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

³ Decreto nº 53.565, de 21 de janeiro de 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de abr. de 2020.

⁴ Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

logo seria extinta. Com a saída dos militares do poder e a retomada dos ideais de democracia em 1988, Paulo Freire é convidado a ser secretário municipal de educação na cidade de São Paulo, e implanta o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que aos poucos se espalhou pelo país.

O problema de pesquisa teve como centro a seguinte questão: Quais foram às iniciativas criadas para erradicar o analfabetismo de jovens e adultos no Brasil?

Assim, o objetivo deste estudo é descrever algumas das ações criadas ao longo dos anos no Brasil (1947- 2020) para combater o analfabetismo entre jovens e adultos.

A metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com características descritivas, na qual foram consultadas fontes de literaturas, artigos científicos, leis, revistas online, por meio de sites acadêmicos, com conteúdo concernentes ao tema, utilizando-se de trabalhos publicados nos últimos 64 anos, ou seja, entre 1956 e 2020 para a realização de uma análise crítica que abordasse a temática proposta, de forma descritiva.

Os referenciais teóricos utilizados serão: Brasil (1956, 1967, 1971, 1985), Fonseca (2020), Freire (1979, 1987, 2000), Freitag (2005), Haddad e Di Pierro (2000), Leite (1996), Oliveira e Souza (2012), Paiva (1987), Ribeiro, Joia e Di Pierro (2001), Sauner (2002), Strelow (2010). A escolha desses autores se deu por serem os principais teóricos em questão do assunto tratado. Nas referências estarão os autores secundários, os quais completam os pensamentos dos principais autores supracitados.

Método e Material

A escolha dos autores supracitados deu-se justamente pelo fato deles discutirem a temática apresentada, bem como abordarem os problemas emergentes da questão do analfabetismo no Brasil e a situação do iletrado na sociedade, requerendo um olhar do poder público e formulação de ações que vão ao encontro dessas questões.

Trata, ainda, dos movimentos sociais, sindicais, religiosos e organizações não governamentais que foram essenciais e que contribuíram com a educação popular e a criação de tais ações pelo governo, até que se chegasse à sua institucionalização, pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996.

Resultados e Discussão

As ações criadas para combater o analfabetismo ao longo dos anos no Brasil

É importante enaltecer que, no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos foi criada para favorecer a camada social desprivilegiada, que por inúmeros motivos não teve a oportunidade de frequentar uma escola no período propício. Outro fato que merece destaque é que, somente na metade do século XX, de fato a educação de jovens e adultos começava a ser pensada como um problema de política nacional, despertando o interesse do governo para a criação de políticas públicas para mudar esse cenário de analfabetismo que se perpetuava no país.

A partir das necessidades de alfabetizar aqueles e aquelas que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade certa, foram criadas campanhas destinadas à Educação de Jovens e Adultos a fim de minimizar a desigualdade social.

A década de 1940 foi um período crucial para a formulação da criação das primeiras políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, de forma efetiva e significativa.

[...] A criação do Fundo Nacional do Ensino primário em 1942 do Serviço de Educação de Adultos, da Campanha de Educação de Adultos, ambos de 1947, da Campanha de Educação Rural, iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. (RIBEIRO; JOIA; DI PIERRO, 2001, p.59).

Em 1947, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Essa campanha foi desenvolvida na área rural e urbana, tendo diversos objetivos, porém com diretrizes comuns. Na zona urbana tinha como finalidade o preparo da mão-de-obra alfabetizada para atingir as necessidades do processo urbano-industrial. Já na zona rural, o objetivo era que o homem do campo se integrasse com os imigrantes e seus descendentes no Sul do país.

A CEAA contava com recursos provenientes de organizações públicas e particulares. Buscava-se articular estratégias para mobilizar os diversos setores da sociedade brasileira em prol da causa comum de acabar com o analfabetismo no Brasil. Nessa lógica, tentava-se associar o objetivo da campanha à transformação social e ao desenvolvimento do País. (FREITAS, 2009, p. 213).

Nesse contexto histórico, as pessoas que eram analfabetas, sofriam grandes preconceitos e eram caracterizadas como incapazes, sendo notória a sua segregação, ou seja, separação entre

os alfabetizados e não alfabetizados, capazes e incapazes de participarem ativamente da sociedade e gozarem de seus direitos como cidadãos.

Segundo Oliveira e Souza (2012), posteriormente, a CEEA partiu para as missões rurais no interior do Brasil com a proposta de incentivar a modernização no campo⁵; contudo, não pretendia modificar o equilíbrio das forças políticas locais. Além da alfabetização, havia a preocupação de incentivar a organização comunitária no campo. Por outro lado, a partir de ações extensivas, o programa priorizou o aspecto quantitativo em detrimento ao qualitativo.

A CEEA teve resultados expressivos e indubitavelmente significativos, na medida em que foi avançando. Aumentou o número de salas de aula de 10.416 em 1947 para 17.000 entre 1951/1953, com 659.606 matrículas em 1947 e 850.686 em 1953; todavia, se comparado ao número de analfabetos⁶ da época, constata-se que o número de indivíduos contemplados por tal campanha foi insuficiente.

Até o início de 1950 a CEEA permaneceu em um clima de euforia, sendo que, no período de 1951 a 1954 estendeu suas atividades, mas, ao contrário do que se esperava, os resultados foram inexpressivos, o que demandava na necessidade de uma renovação; entretanto, o seu declínio foi evidenciado a partir do ano de 1954, chegando ao auge em 1958, quando então foi reconhecido o seu fracasso e escassa eficiência na alfabetização de jovens e adultos, destacando-se principalmente na zona rural.

Outro programa criado para alfabetização de jovens e adultos que merece ressalva foi a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada nos anos de 1950, voltada para a população residente na área rural. De acordo com o Decreto nº 38.955, de 27 de março de 1956, a CNER tinha como competências:

Art. 3º À CNER compete:

- a) investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais da vida do homem brasileiro no campo;
- b) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base ou Fundamental;
- c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e das instituições e das que visam o bem comum;
- d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural do meio da introdução, entre os rurícolas, do emprêgo de técnicas avançadas de organização e de trabalho;

⁵ A modernização nas relações de produção e trabalho na agropecuária brasileira trouxe, como consequência, a necessidade de modernização da vida rural. Desse modo, na história das sociedades ditas modernas, a expansão da instrução básica ao povo aparece em parte associada a esse processo de modernização da força de trabalho a fim de torná-la mais integrada e eficiente na produção da riqueza (ARROYO, 1982, p. 3-4).

⁶ Segundo dados do IBGE, Censo Demográfico 1940-2000, em 1940 e 1950, o índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos era respectivamente de 54,50% e 50,30%. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

- e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais cívicos e morais das populações rurais;
- f) dar, sempre que solicitada orientação técnica à instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas em seus objetivos e finalidades. (BRASIL, 1956).

Essa campanha tinha a finalidade de sanar as dificuldades do acesso e permanência do homem do campo à escola, de forma a valorizá-lo e conduzi-lo a um pleno desenvolvimento, sem que para isso fosse preciso sair da zona rural, mantidas assim as suas peculiaridades.

Em busca de uma melhor qualidade de vida, na metade do século XX corroborou-se o processo de sua migração da zona rural para a zona urbana, em uma variante crescente e significativa, sendo que o indivíduo que saía do campo ia em busca de uma melhor educação, saúde e melhores condições de trabalho, tomando-se por base que a sua realidade era de uma labuta árdua e pouco valorizada, realidade que, infelizmente, sempre existiu, haja vista que a remuneração dos trabalhadores do campo sempre foi inferior a dos trabalhadores da cidade.

Os resultados da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), não foram muito significativos, porém o seu prestígio deu-se de maneira marcante, em que se destacou a crença numa educação para sua ascensão. Dessa forma, acredita-se piamente que a educação é um caminho que proporciona a elevação e a modificação da realidade da população, autonomamente da real condição econômica, social e cultural das comunidades (PAIVA, 1987).

A tabela abaixo nos revela o crescente fluxo de migração populacional da zona rural para os centros urbanos, no período de 1940 a 1980.

Tabela 1: População Brasileira entre 1900 a 1980

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1900	15 300 000	90	1 700 000	10	17 000 000
1920	27 500 000	83	4 600 000	17	32 100 000
1940	28 300 000	68,1	12 900 000	31,3	41 200 000
1950	33 200 000	63,8	18 800 000	36,2	52 000 000
1960	38 800 000	55,5	31 300 000	44,5	70 100 000
1970	41 100 000	44,1	52 100 000	55,9	93 200 000
1980	38 600 000	32,5	80 400 000	67,5	119 000 000

Fonte: Tendências Demográficas, 2002. IBGE (Dados arredondados), organizado por Sales (2007)

Na década de 1960, o Brasil tornou-se um cenário de inúmeras manifestações sociais que tempestuaram a polaridade de ideias e ideais das correntes de direita e esquerda no que concerne a situação política do país.

Entidades sem fins lucrativos, sindicatos e movimentos sociais desenvolveram atividades educacionais voltadas ao público de jovens e adultos, que, em sua maioria, era formado por grupos que adotavam as propostas de alfabetização de Paulo Freire. São exemplos: o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do Governo Federal; a Campanha de Pé no Chão se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal, e os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinham uma visão igualitária de direitos para todos.

Nesse cenário surgem as ideias de Paulo Freire, que propunha uma nova visão de ver o mundo e o indivíduo que está sendo alfabetizado. Conforme Fonseca (2020):

Paulo Freire será uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois ele apresentará essa educação pensada de forma diferente, onde o indivíduo no processo de aprendizagem tem uma educação e alfabetização de maneira crítica e dialogicamente. Suas idéias podem ser observadas no Plano Nacional de Alfabetização, que se destinava atender a maior parte da população analfabeta do país, mesmo que tenha surgido através de movimentos estudantis e também de entidade sindicais, que trabalharam para que o seu método fosse colocado na Educação de Jovens e Adultos, dentro do Ministério da Educação e aos poucos com seus resultados o programa gerou benefícios políticos e passou a ter maior apoio do governo como método principal. (FONSECA, 2020, on-line).

Lamentavelmente, com a instalação da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985), muitos programas foram interrompidos, mas contribuições importantes se sustentaram. Fonseca (2020, on-line) afirma que:

O próprio sistema ditatorial manteve aqueles programas conservadores, por isso muitos deles se espalharam pelo Brasil como a Cruzada de Ação Básica Cristã, que para manter o seu programa alegava que não fazia educação, mas sim dava apoio nas ações sociais ao Regime Militar. (FONSECA, 2020, on-line).

De acordo com Oliveira e Souza (2012, p. 1913),

Considerando-se os condutores do legítimo movimento revolucionário, os militares criaram suas próprias regras para punir os que se opusessem ao novo regime. Assim, o Brasil foi inserido num contexto de intensa repressão (especialmente nos grandes centros) e de perseguição aos líderes considerados “subversivos” que supostamente levariam o País ao comunismo. Milhares foram presos em ações como a “Operação limpeza”, que perseguiu tanto membros de organizações católicas como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Juventude Universitária Católica (JUC). (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 1913).

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos não obteve nenhum respaldo financeiro no início do governo militar. No ano de 1966, mediante a péssima retumbância internacional dos expressivos índices de analfabetismo – o que foi chamado de vergonha alheia – atendendo-se os pedidos da UNESCO, foi que o governo brasileiro construiu o Plano Complementar de maneira coletiva com o Conselho Federal de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Planejamento. Segundo Oliveira e Souza (2012, p. 1914): “Daí assumiu as diretrizes técnicas de modo a estabelecer estratégias para reduzir os índices de analfabetismo que, segundo o IBGE, em 1960 era de 39,50 % da população com mais de 15 anos de idade”.

Em 1967 a Ditadura Militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) pela lei nº 5.379 que tinha por objetivo acabar com o analfabetismo no Brasil em apenas dez anos, objetivo esse que não foi alcançado.

É importante salientar que o MOBRAL compactuava com a ideia de que a pessoa analfabeta era um sujeito sem saber, que tinha a incumbência de responder pelas mazelas da sociedade. Conforme afirma Oliveira e Souza (2012, p. 1914) “[...] os não alfabetizados eram culpados pelo próprio analfabetismo, porque não se esforçavam para superar tal condição e representavam um entrave ao desenvolvimento do País, um obstáculo para o progresso.”

O MOBRAL tinha como objetivo erradicar o analfabetismo no País, principalmente na faixa etária de 15 a 35 anos de idade.

O programa desenvolveu atividades de alfabetização tanto junto a grupos urbanos como em agrupamentos rurais. Tentou repassar todo um conjunto de ideias que sustentavam o projeto político do governo militar. Ele visou essencialmente à questão econômica e política para a manutenção do regime, com o intuito de promover o aumento e aceleração da produção, porém, inibiu avanços sociais mais amplos para a classe trabalhadora. (LEITE, 1996, p. 99).

Nessa perspectiva o MOBRAL, ao mesmo tempo em que alfabetizava, qualificava o indivíduo para o mercado de trabalho. Esse período foi marcado pela chegada das empresas automobilísticas e multinacionais ao Brasil, e exigia-se que o sujeito que fosse trabalhar nessa área deveria ser alfabetizado para realizar a leitura dos manuais e operar o maquinário.

Segundo Paiva apud Oliveira e Souza (2012, p. 1915.), o programa atingiu aproximadamente 500 mil alunos nos seus quatro primeiros meses de funcionamento. Nessa fase, o Mobral procurou atender aos anseios populares imediatos. Posteriormente, após um período de experiência, constatou-se a necessidade de expandir e aprofundar a programação educativa. Desse modo, a campanha tinha a pretensão de alcançar 11 milhões de analfabetos até 1971 e extinguir o analfabetismo até 1975.

Como programa de alfabetização nacional, o Mobral não foi o primeiro esforço alfabetizador no País, mas, sim, a primeira tentativa de se implantar um movimento que elevaria, minimamente, o nível de qualificação do trabalhador, com caráter ideológico explícito, pois buscava inculcar valores do capitalismo (tal como a ênfase ao consumo). A programação da campanha previa cursos de alfabetização e educação continuada. Para tanto, foi feito um estudo das prioridades educacionais, sociais e econômicas que o País necessitava para acabar com o analfabetismo. Desse modo, concluiu-se que, inicialmente, o foco deveria ser a população urbana analfabeta, na faixa etária entre 15 a 35 anos. (FREITAG, 2005, p. 157).

Salienta que essa faixa etária de 15 a 35 anos de idade seria a que mais atenderia o mercado de trabalho da época e que daria produtividade e elevaria o crescimento econômico do País.

Ao final da década de 1970 o MOBREAL sofre grandes críticas e então começavam os questionamentos acerca de possíveis irregularidades para com os verdadeiros índices de indivíduos que foram contemplados e alfabetizados pelo programa. Outro fato que levantou dúvidas e especulações foi a aplicação imprópria de recursos. O fim do programa deveu-se principalmente ao fato de que após a divulgação dos dados do censo demográfico de 1980, foi revelado que mais de 25% da população adulta ainda permanecia não alfabetizada (OLIVEIRA; SOUZA, 2012).

Como o Mobral não apresentava uma proposta específica para o meio rural, a campanha se limitou na tentativa de “preparar” o homem do campo para ser um cidadão “civilizado”. A partir da ênfase dada aos aspectos urbanos, a campanha não apresentou a preocupação em conter o êxodo rural, ao contrário, serviu como “passaporte” para a vida na cidade. (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 1917).

Dessa forma, mais uma vez fica explícito o despreparo de uma campanha educacional para contemplar os anseios da população do campo, de maneira que ela possa ter acesso a uma qualidade educacional elevada que valorize a sua realidade cultural, social e econômica local.

É importante que um programa educacional, ao ser criado e/ou implantado, valorize os aspectos regionais e culturais de maneira que potencialize as habilidades e competências dos envolvidos, fato esse ao qual, infelizmente, o MOBREAL não deu evidência, contemplando, assim, população que residia na zona rural, atendo-se apenas ao ato mecânico de ensinar a ler e escrever, mantendo os indivíduos presos ao sistema capitalista que vigorava unicamente, para servi-los.

Assim, a partir do destaque elevado que deu para a clientela da zona urbana, o MOBREAL serviu como um viés, ou seja, um fio condutor para o processo de migração para a cidade.

Uma das causas do fracasso do MOBREAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava - se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBREAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram. (SAUNER, 2002, p.59).

Fica visível o despreparo de tal campanha, no que tange ao processo de alfabetização de jovens e adultos, desde o seu corpo administrativo até a formação dos educadores que tinham a incumbência de conduzir e desempenhar o seu papel em sala de aula e buscar alternativas para alfabetizarem seus educandos de maneira significativa e eficiente.

No ano de 1971 é criado o Supletivo, instituído pela Lei 5.692/ 71,

O ensino supletivo foi apresentado a sociedade como um projeto escola de futuro, elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica, observada pelo país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe popular, mas de uma escola e por sua clientela pois a todos deveriam atender uma dinâmica permanente de atualização. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 117).

Sobre o Supletivo,

Na verdade, o que ocorria era a pressão da Ditadura Militar naquele momento da história brasileira, onde se vislumbrava apenas uma educação técnica, para atender o mercado de trabalho e a vida social, porém temos que aceitar que essa iniciativa do Supletivo formou a base dos parâmetros da Educação a Distância, com o início de uso de novas tecnologias, como no caso a educação através da TV e do rádio, que já serviram de exemplo, em outros momentos, aos projetos educacionais no Brasil. (FONSECA, 2020, on-line).

Ainda sob a regência do militarismo foi criado na década de 70 o Projeto Minerva⁷ que recebeu esse nome em homenagem a deusa das artes, da sabedoria e do conhecimento da antiga mitologia romana “Minerva” projeto esse que fora transmitido em rede nacional pelas emissoras de rádio e televisão, objetivando a preparação de alunos para os exames supletivos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial⁸, produzidos pela Fundação Padre Landell de Moura e pela Fundação Padre Anchieta.

⁷ Ele foi implementado como uma solução a curto prazo aos problemas do desenvolvimento do país, que tinha como cenário um período de crescimento econômico onde o pressuposto da educação era o de preparação de mão de obra. O Projeto Minerva foi mantido até o início dos anos 1980, apesar das severas críticas e do baixo índice de aprovação – 77% dos inscritos não conseguiram obter o diploma. MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbetes Projeto Minerva. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/projeto-minerva/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

⁸ Nome do curso de educação de jovens e adultos – e do exame final de aprovação do curso – que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. Fixava

Na década de 1980 foi extinta a Ditadura Militar, juntamente com o MOBRAL, por meio do decreto: 91.980 de 25 de novembro de 1985, que seria substituído pela Fundação EDUCAR e daria início ao processo de democratização do país, bem como a promulgação da Constituição Federal. O processo de redemocratização ampliou as atividades da Educação de Jovens e Adultos e estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos.

A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

[...] nenhum jeito institucional foi mais importante para a Educação de Jovens e Adultos, nesse período que a conquista do Direito Universal ao Ensino Fundamental Público e gratuito, independentemente da idade, consagrado no artigo 208 da Constituição de 1988 [...]. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) criado e implantado em 1989 em São Paulo por Paulo Freire, quando Secretário de Educação na gestão da Prefeita Luiza Erundina é outro programa que não poderíamos deixar de citar. Esse Projeto tinha como objetivos:

OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO:

1. Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos uma leitura crítica da realidade;
2. Através do Movimento de Alfabetização contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores envolvidos;
3. Reforçar o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular;
4. Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, 1989, p. 3).

O MOVA não era concebido, portanto, apenas como um programa educacional de combate ao analfabetismo, mas como um movimento de eminente caráter político, na medida

em 16 e 19 anos as idades mínimas para o início dos cursos, respectivamente, de Madureza Ginásial e de Madureza Colegial. Exigia, porém, um prazo de dois a três anos para a sua conclusão em cada ciclo, exigência essa abolida posteriormente pelo Decreto-Lei nº 709/69. Isso ocorreu porque a clientela dos exames de madureza era formada, na sua maioria, de autodidatas que tentavam suprir a formação escolar dentro de suas próprias condições de vida e de trabalho. Para estas pessoas somente o exame interessava. MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbetes Madureza. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/madureza/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

em que, através da alfabetização, procurava desenvolver um processo de “conscientização” dos envolvidos que incorresse num incremento da luta popular. (FREIRE, 2000).

Nesta perspectiva Freire discorre:

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p. 15).

Entre os ideais de Educação Popular estaria a conscientização, explícita em sua obra *Pedagogia do Oprimido*⁹, para um sujeito que tivesse uma postura de lutar por mudanças e libertação, “[...] libertação aqui não chegou pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca pelo conhecimento e pelo reconhecimento da luta por ela. [...]” (FREIRE, 1987, p 31).

Para formar o processo de conscientização fica evidenciada a importância da ação – reflexão, possibilitada por meio da práxis, ou seja, a relação entre a teoria e a prática, que tem por finalidade capacitar o indivíduo a analisar, raciocinar, por, contrapor, interpretar, ressignificar e dialogar sobre as questões sociais, culturais, políticas, religiosas, étnicas, raciais, dentre outras, bem como, realizar assim, uma leitura crítica da realidade e se enxergar nela como um ser social-político. “Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”. (FREIRE, 1979, p. 15).

Para Freire (1979, p. 15) “Tomando essa relação como objeto de sua reflexão crítica, os homens esclarecerão as dimensões obscuras que resultam de sua aproximação com o mundo”.

Em 1997 é criado o Programa Alfabetização Solidária (PAS), com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismos entre Jovens e Adultos no País, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2003 o Ministério da Educação (MEC) cria o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que tinha por finalidade reduzir as taxas de analfabetismo na população de 15 anos ou mais.

⁹ *Pedagogia do Oprimido* é um dos mais conhecidos trabalhos do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire. O livro propõe uma pedagogia com uma nova forma de relacionamento entre professor, estudante e sociedade. O livro continua popular entre educadores no mundo inteiro e é um dos fundamentos da pedagogia crítica.

Essas campanhas foram fundamentais para a institucionalização da Educação de Jovens e Adultos e a oficialização como uma modalidade de ensino, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/1996, que em seu artigo 37 dispõe que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, 1996).

Ainda no ano de 2007 a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foi incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pela lei nº 11.494/2007.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2018, o Brasil tem 209,3 milhões de habitantes, sendo que 11,3 milhões de pessoas são analfabetas por inteiro; 38 milhões de analfabetos funcionais, totalizando 49,8 milhões. Em meio a esse cenário há muito que ser feito ainda para acabar com o analfabetismo. A educação de jovens e adultos tem um papel importantíssimo e preponderante na inserção daqueles que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade propícia, de maneira que há uma dívida histórica para com aqueles que, por algum motivo, tenham tido cerceados os seus direitos à escola.

Pensando nesta questão, a exemplo de várias entidades sem fins lucrativos, que militam na área educacional, a Associação Comunitária Educacional Cícera Tereza dos Santos (ACECTS) também desenvolve um trabalho plausível com jovens, adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade adequada.

Segundo a Revista Garbo Magazine (2018) a ACECTS iniciou o seu trabalho no ano de 2009 na periferia de Mauá - Grande ABC Paulista, estado de São Paulo, idealizado por um jovem de apenas 14 anos de idade, que construiu em seu próprio quintal uma pequena sala de Madeirit para alfabetizar os moradores da comunidade ao redor. Desde o começo de suas atividades estima-se que a instituição alfabetizou 500¹⁰ pessoas, sendo que grande parte do público atendido é de idosos na faixa etária de 60 a 85 anos de idade, que veem, através do

¹⁰ Reportagem do Diário do Grande ABC. Orgulho de Ser Alfabetizador. Disponível em: < <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3146167/orgulho-de-ser-alfabetizador>>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

encantador mundo da leitura e da escrita, sua inserção em uma sociedade que, aos poucos, e conscientiza de que não pode continuar negligenciando os seus direitos e deveres.

Através de uma bem elaborada e dinâmica metodologia de ensino, promoveu-se o enriquecimento da bagagem cultural dos educandos pelo interesse neles suscitados, para que viessem a ser cidadãos com uma formação pesquisadora, questionadora e com a autonomia que almejavam, estando portanto preparados para fazer parte da sociedade em que vivem, com equilíbrio e confiança. (STIVE, 2018, p. 18).

A entidade baseia-se nas ideias de Paulo Freire para desempenhar os seus trabalhos pedagógicos e coletivamente construir o conhecimento, valorizando os saberes prévios de cada educando, e, a partir destes contextualizar o processo de ensino-aprendizagem de forma significativa.

Pensando em erradicar o analfabetismo, movimentos sociais, populares, religiosos, sindicais e organizações não governamentais deram o primeiro passo e se engajaram na criação de propostas que ofertavam a escolarização para a camada iletrada, que foram essenciais para que o governo tomasse consciência, criasse e investisse em ações voltadas para essa questão.

O Brasil ainda tem um considerável contingente de pessoas que não foram alfabetizadas, como já mencionado ao longo deste estudo, o que implica, e chama a atenção, para que seja discutida a questão que justifica e reforça a manutenção e investimento da EJA - a criação de Políticas Públicas assertivas, bem como ações que venham ao encontro da solução dessa problemática.

Considerações Finais

Sendo assim, chega-se às considerações finais sobre o referido estudo, por meio do qual objetivamos trazer informações a partir de um recorte temporal de reflexões acerca de ações que se ocupam, desde a década de 1940 até os dias atuais, em pensar e programar ações efetivas no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) possibilitado por meio de um respaldo teórico e contundente, que refletiu na interligação da teoria e do pensamento subjetivo.

Analisando e refletindo de maneira criteriosa e crítica, sobre as ações e políticas públicas que foram desenvolvidas para erradicação do analfabetismo entre os jovens e adultos, a fim de promover sua inserção e/ou a reinserção na sociedade e no mercado de trabalho, para que viessem a gozar dos seus direitos e deveres como cidadãos, podemos dizer que o objetivo

proposto nesse estudo obteve o resultado esperado: descrevendo algumas das ações criadas para a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil.

Ademais, traz à baila a importância do processo de escolarização na vida das pessoas, possibilitando sua interação, o resgate de sua cidadania, identidade, conscientização e integração no mundo letrado para usufruírem, por justo direito, dos seus benefícios, bem como desempenharem seu papel como cidadãos participativos podendo até contribuir com suas opiniões nas decisões políticas, sociais, culturais e econômicas, ou seja, colaborarem para o engrandecimento das atividades democráticas, para que todos sejam respeitados em sua subjetividade, tendo o direito a vez e a voz, encorajados a serem protagonistas de sua própria história.

Vivemos em um constante processo de alfabetização, pois a cada manhã emergem situações que nos levam a refletir e ir em busca de novos conhecimentos para solucionar dúvidas e problematizações do novo, sendo assim, é desumana e inquestionável a negação desse processo para todos os homens e mulheres, sejam crianças ou adultos, jovens ou velhos.

As campanhas educacionais aqui apresentadas foram muito importantes para a queda da taxa de analfabetismo no Brasil, e de suma e extrema relevância para a oficialização da Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino, mas que não conseguiram erradicar o tão desumano analfabetismo, de onde se conclui quão importante é a manutenção dessas campanhas, investimento na causa e o olhar criterioso dos órgãos públicos, a fim de que todos aqueles e aquelas que não tiveram acesso à escolarização, possam, enfim, se alfabetizar e terem esse direito inviolável assegurado.

Por fim, fica registrada a importância dos movimentos sociais, populares, sindicais, igrejas católicas e protestantes e organizações não governamentais, que influenciaram e influenciam a criação de políticas públicas que vão de encontro às necessidades da sociedade, e assim contemple e/ou amenize os seus anseios, provando a indubitável força do trabalho coletivo e a importância do diálogo entre os indivíduos.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades, bem como, à dádiva da vida. Agradeço aos colegas que contribuíram para o enriquecimento deste estudo: Mírian Warrtusch, Aduino Carrino, Janderson Bandeira, Adriana Rieger, Diana Maria, Éderson Luís,



Irmã Gabriela e Terezinha Elisete. Agradeço também a todos os meus educandos e educandas que me possibilitaram tantas aprendizagens e trocas de saberes.

Referências

ARROYO, M. G. Escola, Cidadania e Participação no Campo. In: **Em Aberto**. Brasília, Ano 1, nº 9 set-1982.

BRASIL. **Decreto nº 38.955, de 27 de março de 1956**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38955-27-marco-1956327902-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 53.565, de 21 de janeiro de 1964**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 10 de abr. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91980-25-novembro-1985-442685-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5379.htm>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <www.camara.leg.br>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei. 12.852/2013. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12852-5-agosto-2013-776713-norma-pl.html>>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

COSTA, K.R. Manuel Bergström Lourenço Filho. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biografia/manuel-bergstrom-lourenco-filho.htm>>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Conscientização**. Teoria e Prática da Libertação Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 4. ed. Cortez, São Paulo, 2000.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 7 ed. São Paulo: Centauro, 2005.



FREITAS, M.C. **História Social da Educação no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

FONSECA, P.R. **A formação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/a-formacao-educacao-jovens-adultos-no-brasil.htm>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, maio/ago. p.108-194. 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2018. [online]. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 17 de abr. de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940-2000, em 1940 e 1950**. Disponível em: <[https://series estatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10](https://series.estatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=10)>. Acesso em: 30 de jan. de 2020

KUROTORI, F. Orgulho de ser alfabetizador. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 15 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3146167/orgulho-de-ser-alfabetizador>>. Acesso em: 31 de jan. de 2020.

LEITE, S.C. **Urbanização do processo escolar rural**. 1996. Dissertação. 265 f. (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Uberlândia/MG, 1996.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T.H. Verbete Projeto Minerva. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/projeto-minerva/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T.H. Verbete Madureza. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/madureza/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2020.

OLIVEIRA, L.B.; SOUZA, S.T. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 A 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. **História das Campanhas de Alfabetização de Adultos: Iniciativas para os Moradores do Campo**. João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.77.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2020.

PAIVA, V. **Educação de popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

RIBEIRO, V.M.; JOIA, O.; DI PIERRO, M.C. **Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, p. 58 – 77. novembro/2001.

SALES, S.S. **A Educação Rural Brasileira: Limites e Possibilidade do Processo de Nucleação em Patos de Minas, MG (1990-2002)**. 2007. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2007.



COGITARE, v. 3, n. 2, nov. 2020, p. 67-85

José Alex Trajano dos Santos

SAUNER, N.F.M. **Alfabetização de Adultos**. Curitiba. Juruá, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (SME). **Projeto inicial do MOVA-SP** – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo. São Paulo, 1989.